

# Kant e o Criticismo

## 1. Leia o texto a seguir.

“Na Primeira Secção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant analisa dois conceitos fundamentais de sua teoria moral: o conceito de vontade boa e o de imperativo categórico. Esses dois conceitos traduzem as duas condições básicas do dever: o seu aspecto objetivo, a lei moral, e o seu aspecto subjetivo, o acatamento da lei pela subjetividade livre, como condição necessária e suficiente da ação.”

(DUTRA, D. V. *Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 29.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria moral kantiana, é correto afirmar:

- a) A vontade boa, enquanto condição do dever, consiste em respeitar a lei moral, tendo como motivo da ação a simples conformidade à lei.
- b) O imperativo categórico incorre na contingência de um querer arbitrário cuja intencionalidade determina subjetivamente o valor moral da ação.
- c) Para que possa ser qualificada do ponto de vista moral, uma ação deve ter como condição necessária e suficiente uma vontade condicionada por interesses e inclinações sensíveis.
- d) A razão é capaz de guiar a vontade como meio para a satisfação de todas as necessidades e assim realizar seu verdadeiro destino prático: a felicidade.
- e) A razão, quando se torna livre das condições subjetivas que a coagem, é, em si, necessariamente conforme a vontade e somente por ela suficientemente determinada.

## 2. "O imperativo categórico é, portanto só um único, que é este: Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal."

(KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 59.)

Segundo essa formulação do imperativo categórico por Kant, uma ação é considerada ética quando:

- a) Privilegia os interesses particulares em detrimento de leis que valham universal e necessariamente.
- b) Ajusta os interesses egoístas de uns ao egoísmo dos outros, satisfazendo as exigências individuais de prazer e felicidade.
- c) É determinada pela lei da natureza, que tem como fundamento o princípio de autoconservação.
- d) Está subordinada à vontade de Deus, que preestabelece o caminho seguro para a ação humana.
- e) A máxima que rege a ação pode ser universalizada, ou seja, quando a ação pode ser praticada por todos, sem prejuízo da humanidade.

## 3. Na segunda seção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant nos oferece quatro exemplos de deveres. Em relação ao segundo exemplo, que diz respeito à falsa promessa, Kant afirma que uma “pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito

bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: Não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: Quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.”

*Fonte: KANT, I. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 130.*

De acordo com o texto e os conhecimentos sobre a moral kantiana, considere as afirmativas a seguir.

- I- Para Kant, o princípio da ação da falsa promessa não pode valer como lei universal.
- II- Kant considera a falsa promessa moralmente permissível porque ela será praticada apenas para sair de uma situação momentânea de apuros.
- III- A falsa promessa é moralmente reprovável porque a universalização de sua máxima torna impossível a própria promessa.
- IV- A falsa promessa é moralmente reprovável porque vai de encontro às inclinações sociais do ser humano.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas, é:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) I, II e III
- e) I, II e IV

**4.** “Ser caritativo quando se pode sê-lo é um dever, e há além disso muitas almas de disposição tão compassiva que, mesmo sem nenhum outro motivo de vaidade ou interesse, acham íntimo prazer em espalhar alegria à sua volta e se podem alegrar com o contentamento dos outros, enquanto este é obra sua. Eu afirmo porém que neste caso uma tal acção, por conforme ao dever, por amável que ela seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral, mas vai emparelhar com outras inclinações, por exemplo o amor das honras que, quando por feliz acaso topa aquilo que efectivamente é de interesse geral e conforme ao dever, é consequentemente honroso e merece louvor e estímulo, mas não estima; pois à sua máxima falta o conteúdo moral que manda que tais acções se pratiquem, não por inclinação, mas por dever.”

*(KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Trad. de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 113.)*

Com base no texto e nos conhecimentos sobre dever em Kant, é correto afirmar:

- a) Ser compassivo é o que determina que uma ação tenha valor moral.
- b) Numa ação por dever, as inclinações estão subordinadas ao princípio moral.
- c) A ação por dever é determinada pela simpatia para com os seres humanos.
- d) O valor moral de uma ação é determinado pela promoção da felicidade humana.
- e) É no propósito visado que uma ação praticada por dever tem seu valor moral.

5. Na Crítica da razão pura, Kant vincula o sistema da moralidade à felicidade. Assinale a alternativa que explica no que consiste a relação moralidade — subjetividade.

- a) A esperança de ser feliz e a aspiração por tornar-se feliz podem ser conhecidas pela razão prática, desde que o fundamento da ação e a norma da conduta sejam a máxima do “não faça aos outros aquilo que não queres que te façam”.
- b) A convicção da felicidade humana decorre da certeza de que todos os entes racionais comportam-se com a mais rigorosa conformidade à lei moral, de maneira que cada um age orientado pela sua vontade, ou seja, pela razão prática do arbítrio individual.
- c) Quando a liberdade é dirigida e restringida pelas leis morais, é possível pensar na felicidade universal, pois a observância dos princípios morais pode proporcionar não só o bem estar para si, como também ser o responsável pelo bem estar dos outros.
- d) A felicidade implica na transcendência do mundo moral, pois somente na esfera sensível é possível o conhecimento pleno das ações humanas, já que somente nesse mundo sensível é possível a conexão entre moralidade e felicidade.

6. “Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.”

*KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985 (adaptado)*

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa:

- a) A reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- b) O exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- c) A imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
- d) A compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
- e) A emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

## Gabarito

1. A
2. E
3. B
4. B
5. C
6. A